

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS QUE MARCARAM A EDUCAÇÃO NO BRASIL

FREITAS, Natanielly de Paula¹
LEITE, Aline Fernanda Ventura Sávio Leite²

RESUMO: A história da educação brasileira se inicia com a chegada dos primeiros Jesuítas, esses por sua vez tinham como objetivo principal a catequização indígena, a fim de conquistar mais fiéis para a igreja católica. Esse fato datou a história da educação no Brasil e, a partir daí muitos outros acontecimentos contribuíram para a educação que a sociedade tem nos dias atuais. Este estudo busca refletir a história da educação no Brasil, com esse propósito aponta como objetivos: entender como se estabeleceu todo o processo histórico da educação brasileira; analisar quais fatos contribuiu para uma educação leiga e quais foram os principais precursores da educação no Brasil. Para tal, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados apontaram que foram muitos os acontecimentos que contribuíram para a educação que se encontra o contexto atual.

Palavras-chave: História da Educação. Principais fatos da educação Brasileira. Manifesto dos Pioneiros.

ABSTRACT: The history of Brazilian education begins with the arrival of the first Jesuits, which had as main objective the indigenous catechization, in order to gain more faithful to the Catholic Church. This fact dated the history of education in Brazil and in the sequence; many other events contributed to our present society. This study reflects the history of education in Brazil and aimed understand how settled the historical process of Brazilian education; what facts contributed to a secular education; which was the main precursors of education in Brazil. For this, we used a literature review. Our results showed that many events contributed to current education.

Keywords: History of education. Main facts of Brazilian education. Manifesto of the Pioneers.

¹ Graduação em Pedagogia pela Faculdades Ajes do vale do Juruena (2016). cursando Pós-Graduação em Educação e Educação de Tempo Integral Perspectivas e Desafios pela Faculdade Fael.

² Graduação em Pedagogia - Administração Escolar pelo INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO MANUEL (2006). Graduação em Letras/Espanhol pela UNAR - Centro Universitário de Araras. Especialização lato sensu em Gestão Escolar pela UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos (2012). Mestre em Educação para Ciência pela Faculdade de Ciências UNESP de Bauru e integrante do Grupo de Pesquisa em História e Filosofia da Ciência UNESP Bauru. Professora do Instituto Federal de Mato Grosso-Juína MT (2016).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho³ é resultado de leituras e análise referente ao processo de educação no Brasil. A educação brasileira encontra-se, ainda nos dias atuais caminhando em passos lentos, muitas são as tentativas governamentais para oferecer uma educação igualitária e de qualidade para toda a sociedade.

É relevante discutir o processo histórico da educação brasileira, que se iniciou com a chegada dos padres jesuítas. Muitos foram os retrocessos e avanços nesse processo, mas, nesse trabalho, serão destacados apenas alguns dos principais acontecimentos na educação brasileira.

Nesse trabalho procurou-se responder à seguintes questões: Como se estabeleceu o processo histórico da educação brasileira. Tendo como objetivo principal: Entender como se estabeleceu todo o processo histórico da educação brasileira, e os objetivos específicos: Analisar quais fatos contribuiu para uma educação leiga; Quais foram os principais percursos da educação no Brasil.

Essa pesquisa se justifica por levar ao leitor de uma forma clara e concisa os principais acontecimentos que marcaram a história da educação brasileira, e assim levá-lo a entender melhor a educação dos dias atuais.

METODOLOGIA

A metodologia é o caminho a ser percorrido para coletas de dados acerca de algum assunto. Assim, busca-se, através de questionários, observação empírica e pesquisas bibliográficas, entender como acontece e como aconteceu determinado assunto, e as ideias de alguns autores que

³ Esse artigo é parte integrante do “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Pedagogia do Instituto Superior de Educação da AJES, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia” (2016), intitulado como: Análise da educação de tempo integral em uma escola Municipal na cidade de Juína Mt.

discutem esta temática. Nesse propósito, esse trabalho tem como linha de investigação a pesquisa bibliográfica.

Segundo Rodrigues (p.1, 2007), “a metodologia científica é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”.

Primeiramente foram realizadas pesquisas em sites acadêmicos tais como: Scielo, Google Acadêmico, e outros, com o intuito de selecionar trabalhos que viessem ao encontro da temática proposta para essa discussão.

Foram utilizadas algumas palavras-chave, podendo ser destaca para essa pesquisa: História da educação; Educação Jesuítica; Educação Colonial; Educação, Leiga, Manifesto dos Pioneiros, etc. Depois de realizado os downloads, foram feitas leituras em todos os trabalhos já pré-selecionados, posterior foram feito uma nova seleção, dentre os critérios de seleção destaca-se os autores e obras reconhecidas, além de selecionar somente aqueles artigos, teses, livros e outros que discutisse de forma clara o assunto.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

De fato, desde o descobrimento do Brasil, em 1500, a educação brasileira passou por momentos de conquistas e perdas no que tange à qualidade do ensino. Dessa forma, é nítido que a educação que se tem hoje ainda busca seu espaço em direção a uma educação que garanta a eficácia no ensino e seja capaz de interferir na sociedade (GHIRALDELLI, 2001).

Segundo Piletti e Piletti (1990), o processo histórico de educação brasileira começa com a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil, Companhia essa que foi fundada por Inácio de Loyola (1491-1556). Essa companhia foi criada quando os fiéis (burguesia e reis) da Igreja Católica se revoltaram contra

suas ações que, entre tantas se destacava a venda de indulgências⁴ nascendo naquele momento a Reforma Protestante.

No século XV, a burguesia e a realeza buscavam cada vez mais o poder e riquezas, no entanto, esse ato era condenado pela Igreja, embora ela mesma tivesse grandes riquezas e propriedades. Dessa forma, nasce a revolta contra a Igreja Católica, pois segundo (APOLINÁRIO, 2007, p.110) “tais mudanças foram fundamentais para que as críticas se transformassem em rupturas e levassem a reforma religiosa do século XVI”. Inácio de Loyola, observando que a Igreja perdia seus fiéis, fundou, então, a Companhia de Jesus, que buscava, através da educação missionária, conquistar novos fiéis.

A Reforma Protestante teve início no século XVI, quando o monge alemão Martinho Lutero se revoltou contra as ações da Igreja Católica. Nesse sentido, Silveira (2007, p.26) sustenta que:

Sob a **influência de Martinho Lutero**, os quatro pilares da Reforma Protestante do século XVI – Solo Christo, Sola Fide, Sola Gratia e Sola Scriptura - passaram a figurar os ensinamentos de que a salvação, a justificação, acontece Somente por Cristo (não mais junto com Maria), Somente pela fé (não mais pelas obras), Somente pela graça (não mais pagando) e Somente pelas Escrituras (não mais pela tradição e nem pela interpretação da Bíblia que a direção da igreja ensinava) (SILVEIRA, 2007, p.26; **grifo meu**).

Em 1549, os jesuítas abarcaram para o Brasil, juntamente com o primeiro Governador dessa colônia, Tomé de Sousa. A Companhia de Jesus chefiada pelo Padre Manoel de Nóbrega⁵, tinha como objetivo expandir a fé cristã e a educação dos povos nativos, tentando conquistar novos fiéis para a Igreja Católica. Nesse intuito, “ao mesmo tempo em que ensinavam as

⁴ Em 1517 o papa Leão X decretou a venda de indulgências, que assegurariam o perdão dos pecados de uma pessoa em troca de uma quantia de dinheiro. O dinheiro seria usado no término da construção da basílica de São Pedro, em Roma (APOLINÁRIO, 2007, p.110).

⁵ Manoel da Nóbrega nasceu na região do Minho, em Portugal, em 1517. Estudou nas universidades de Salamanca e Coimbra. Entrou para a Companhia de Jesus em 1544, três anos após formado. Em 1552 saiu da Bahia e veio para São Paulo, onde fundou o Colégio São Paulo na aldeia de Piratininga, a futura cidade de S. Paulo. Morreu no Rio de Janeiro em 1570. (GHIRALDELLI JR, 2001, p.13).

primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus” (PILETTI; PILETTI, 1990, p. 135). Nesse sentido, Rossi, (2009) observa que:

Falar de **educação** na sociedade **colonial brasileira** é falar de como os homens se educavam, os **valores e virtudes** a serem favorecidos, os vícios a serem evitados, os saberes considerados fundamentais para o exercício da vida comum ou da vida letrada, tudo isso em meio a um contexto em que o Brasil, enquanto nação, não existia ainda, pois **predominavam a política, a economia, a cultura portuguesas**. (ROSSI, 2009, p.32, **grifo meu**).

Os jesuítas possuem grande importância no processo histórico da educação brasileira. Com a vinda dessa Companhia para o Brasil, começam os primeiros passos da história da educação brasileira. Ao se instalarem com suas caravanas, primeiramente em Salvador, aonde chegaram em 1549, e rapidamente por diversas partes do território brasileiro, vão transformando o estilo de vida tropical em europeu (SILVEIRA, 2007).

A catequização dos povos nativos (indígenas) se deu por meio da leitura e escrita. Nesse intuito, para atrair as crianças nativas, os Jesuítas colocavam crianças para desempenhar esse papel. Para Piletti e Piletti (1990, p.135 e 136), “só seria possível catequisar os índios, os filhos dos senhores de engenho, os colonos e os escravos convertendo-os a fé católica se primeiramente esses soubessem ler e escrever”. Assim, surgiu a escola de primeiras letras no Brasil.

Nessa época, o ensino era destinado somente aos filhos dos colonos, do sexo masculino, pois, nesse período, a educação feminina era voltada somente as “boas maneiras e prendas domésticas” (TRINDADE, [200?]).

A Companhia de Jesus também foi a responsável pela criação dos ensinos secundário e superior no Brasil, com o objetivo de formação religiosa, porém, os filhos da elite se viam obrigados a estudarem nesse sistema de ensino voltado para a religião, pois eram os únicos colégios disponíveis (GHIRALDELLI JR, 2001).

Conforme as pertinentes ideias de Trindade ([200?]), desde o período colonial já se observava a discrepância entre as classes sociais, visto que a

educação que visava um ensino mais rigoroso e preparatório para as universidades era destinada à formação da elite.

De acordo com as palavras de Piletti e Piletti (1990, p.136), o ensino secundário abrangia três cursos, sendo eles: “o curso de Letras, Filosofia e Ciências, já os cursos superiores eram destinados às disciplinas de Teologia e Ciências Sagradas, voltados para a formação de sacerdotes”. Além das escolas de primeiras, letras a Companhia de Jesus organizou mais uma forma de se manter no poder no que se refere a educação, e elaborou um plano de ensino denominado “*Ratio Studiorum*”⁶. Esse sistema era uma forma de organização dos estudos utilizado pela Companhia de Jesus.

Os jesuítas foram os precursores da educação movidos pela fé cristã e sentimentos religiosos. Após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal⁷, a Educação Brasileira entrou em declínio e rupturas. Diante desse novo contexto, estabeleceu-se no Brasil as aulas régias⁸ de Latim, Grego e de Retórica, que, segundo Piletti e Piletti, (1990, p.137) “nem de longe chegaram a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus”.

Esse novo momento da educação, as aulas régias⁹, ficou conhecido como a Reforma Pombalina, devido à expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Para Aranha (2006, p.175), ao “expulsar os jesuítas, instituiu naquele mesmo ano a educação leiga, com responsabilidade total do Estado”, ou seja, educação voltada para o ensino pedagógico e não mais para a catequização.

Nesse momento educacional, com a educação sendo responsabilidade do Estado, o ensino passa a servir aos interesses de quem governa, deixando

⁶ O *Ratio Studiorum* era a organização e plano de estudos da Companhia de Jesus (1599), baseado na cultura européia. Consistia de aulas elementares de Humanidades, Filosofia (Artes), e Teologia, possibilitando a obtenção dos títulos de bacharel, licenciado e mestre em artes (TRINDADE, [200?], p. 2).

⁷ Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e, em seguida, transformado em Marquês de Pombal (1699-1782), foi Primeiro Ministro de D. José I. Marcou o século XVIII e o absolutismo régio através de uma política de concentração de poder com o objectivo de restabelecer a economia nacional e resistir à forte dependência desta relativamente à Inglaterra (GHIRALDELLI, 2001, p.14).

⁹ Eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja: os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino (GHIRALDELLI JR, 2006, p.27)

de ser voltada aos interesses da Igreja, passando a ser mais próximas dos ideais iluministas¹⁰, buscando-se um ensino pedagógico (GHIRALDELLI JR, 2001).

A educação brasileira, após a expulsão dos padres jesuítas, passa a ser definida através do conhecimento intelectual, e não pelo viés religioso. Porém, após a expulsão dos jesuítas, o ensino brasileiro entrou em rupturas, pois, “deixam de existir, repentinamente, dezoito estabelecimentos de ensino secundário e cerca de 25 escolas de ler e escrever” (PILETTI; PILETTI, 1990, p.139).

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, mudou o cenário da educação brasileira. Nesse tempo, a França liderada por Napoleão Bonaparte decide invadir Portugal. Por este motivo, a Família Real decidiu vir para o Brasil. Após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, o Brasil passou a ser sede do reino português. D. João VI criou alguns cursos profissionalizantes, Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. O ensino do império foi dividido em três níveis: primário, secundário e superior (GHIRALDELLI JR, 2001).

O ensino primário ou elementar ficaria destinado à população rural, sendo essa, até esse momento, a população mais predominante. O ensino secundário estaria voltado a uma educação preliminar ao ensino superior, ficando ainda mais propedêutico quando, em 1837, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Colégio D. Pedro II. Sob o poder da Coroa, esse colégio servia de padrão aos demais e visava uma educação elitista. Já o ensino superior que o Brasil oferecia era mais uma vez voltado aos interesses da Coroa, visto que

¹⁰ O século XVIII conheceu várias revoluções. A Revolução Industrial, a Revolução Francesa e também a Revolução Intelectual. O auge da Revolução Intelectual em Filosofia se deu com o Iluminismo, também chamado de “Ilustração” ou “Filosofia das Luzes”. Esse movimento iniciado na Inglaterra e rapidamente difundido pelo norte da Europa, condenava o Antigo Regime, combatendo assim o absolutismo monárquico, que era considerado um sistema injusto por impedir a participação burguesa nas decisões políticas e impedir a realização de seus ideais. Combatia também o mercantilismo, que impedia à livre iniciativa e o desenvolvimento espontâneo do capitalismo e, o poder da igreja, pois esse poder baseava-se em verdades reveladas pela fé. Isso se chocava com a autonomia intelectual defendida pelo racionalismo iluminista (SILVA *et al*, 2001, p.8).

esse ensino visava formar oficiais para o exercito e marinha, com o propósito de defesa para a colônia brasileira (ARANHA, 2006).

No entanto, esse novo modelo de educação que D. João VI implanta no Brasil nada mais vinha a atender do que seu próprio interesse e necessidades de governo, pois o ensino primário, assim, como o ensino profissionalizante perdia espaço para os cursos secundários e superiores, que por sua vez passaram a ser privilegiados pelo governo (ARANHA, 2006).

Nessa perspectiva, o período Joanino foi um marco no processo de educação, ganhando avanços consideráveis que possibilitou o crescimento educacional no Brasil daquela época. No entanto, esses avanços eram elitistas.

Surge o período imperial (1822-1888), marcado pela volta da Família Real para Portugal, pela Proclamação da Independência em 1822, por D. Pedro I, que assume o trono, e pela primeira Constituição Brasileira de 1824 (GHIRALDELLI JR, 2001).

Na Constituição de 1824, segundo (ARANHA, 2006, p.222) “mantiveram-se o princípio de liberdade de ensino sem restrições e a intenção de instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. No entanto, embora essa Constituição abordasse em seu texto um sistema nacional de educação, isso não acontecia na prática, devido aos vários problemas econômicos, técnicos e políticas desse período.

A falta de recursos para se construir escolas e adquirir materiais pedagógicos afetou a educação. A falta de professores também era outro problema enfrentado nesse período, instalando-se então o Método Lancaster. Esse ensino, segundo Ghiraldelli Jr (2001), acontecia de forma “mútua”, ou seja, aqueles alunos mais adiantados ajudavam aqueles menos adiantados, trabalhando como se fossem monitores dos professores. Segundo Aranha (2006), o Método Lancaster recebe este nome devido seu precursor ser o pedagogo Joseph Lancaster¹¹.

Esse é um método inglês, criado para atender o maior número de alunos com pouquíssimo gasto. É importante evidenciar que os monitores surgiram em meio a uma necessidade apresentada durante o período imperial, e que esse cargo ainda é exercido por muitos alunos nos dias atuais, tralhando de forma conjunta com os professores, com o escopo de proporcionar a mais pessoas um conhecimento maior.

Segundo Aranha (2006) o Método Lancaster recebe este nome devido seu precursor ser o pedagogo Joseph Lancaster. Esse é um método inglês criado para atender o maior número de alunos com pouquíssimo gasto.

Para Nascimento *et al* (2012), D. Pedro II, para tentar reverter os prejuízos no processo de educação, promovem a descentralização do ensino, passando a responsabilidade para as Províncias, ficando apenas a educação superior sobre o poder do governo central.

A Primeira República (1889-1929) é lembrada pelo fim do voto censitário¹², pela urbanização das cidades, pela descentralização do poder e o fim dos títulos de nobreza. O modelo político que passa a vigorar é o presidencialista (GHIRALDELLI JR, 2006).

O voto censitário dava o direito de apenas algumas pessoas de votar, ficando esse direito nas mãos da elite, a classe dominante. No entanto, após a Primeira República, o direito ao voto foi alterado através da Reforma da Constituição de 1824 pela Lei Saraiva. Essa lei garantia o direito ao voto direto através do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, porém conseguiu afastar ainda mais a população do direito do voto, pois a partir dela os analfabetos não tinham direito de votar (FERRARO, 2013).

Esse período, segundo Aranha (2006, p.294), também é “designado como República Velha, República Oligárquica, República dos Coronéis. Para a autora, esta forma de se referir ao governo descrevia as características da época, ou seja, sempre prevalecia o poder nas mãos dos fazendeiros, coronéis ou pessoas de influência. Segundo Ghiraldelli Jr:

¹² No Brasil, a Constituição de 1824 adotou uma modalidade de voto onde apenas algumas pessoas, em razão de sua riqueza, teriam o direito de votar. Trata-se do chamado voto censitário, originário do Direito Romano, que dentre outras restrições, estabelecia uma renda mínima para alguns cidadãos terem direito a voto (QUEIROZ, 2008, p.10).

A Primeira República durou quarenta anos. Foi a época da **política café com Leite**. Grupos de proprietários e homens influentes em **Minas gerais** (coronéis do leite) e em **São Paulo** (barões do café) se alternaram no controle da presidência da República (GHIRALDELLI JR, 2006, p. 39; **grifo meu**).

Para Vieira ([200?], p.6), essa fase pode ser caracterizada como a alternância de poder, pois o governo era liderado somente através desses dois grupos, sendo eles o Partido Republicano Paulista-PRP e o Partido Republicano Mineiro-PRM, passando então ser chamado esse período do governo como República Café com Leite.

No que tange ao ensino na Primeira República, muitas foram as Reformas realizadas durante esse governo, principalmente para o Ensino Médio e Superior, como assim é conhecido nos dias atuais.

Dentre essas Reformas pode-se destacar a Reforma Benjamin Constant (1890), que fracassou com menos de um ano e a Reforma de Carlos Maximiliano (1915), sendo essa reforma a que vinha ao encontro das necessidades da população.

Na Reforma Benjamin Constant evidenciou-se como princípios a laicidade e gratuidade do ensino primário, assim como a modificação na matriz curricular no ensino secundário, acrescentando o estudo de ciências fundamentais. No entanto, essa reforma, apesar de ser bem elaborada, não agradou aos estudantes, sendo revogado com menos de um ano de duração (PINHO, 2010).

A Reforma de Carlos Maximiliano foi, talvez, uma das mais inteligentes da época, onde buscou-se aproveitar os progressos das Reformas anteriores, priorizando a qualidade do ensino secundário. Essa reforma também foi “responsável pela criação da primeira Universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante do agrupamento em uma única instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito” (PINHO, 2010 p.76).

O que se pode observar é a semelhança da educação atual para a de mais de cem anos atrás, desde a falta de estrutura, como a descentralização e

mudanças variadas no modelo de ensino. Desde o período Jesuítico até a Primeira República o ensino passou por várias mudanças, sempre em busca de uma educação que abarca toda a sociedade.

No período que corresponde à Segunda República (1930-1936), a Revolução de 1930 foi um marco para o crescimento do Brasil, no que se refere a produção capitalista. Essa Revolução se embasava no fim do poder da “República Café com Leite”.

Para Ghiraldelli Jr (2006. p.39), essa ruína do poder da Primeira República “criou a oportunidade de grupos gaúchos e outros acenderem ao poder, mas não através das eleições, e sim através da Revolução de Outubro de 1930”. Nessa chamada Revolução de 30, Getúlio Vargas governou o país. Durante o Governo Provisório, que durou por volta de quinze anos, Vargas elaborou um plano de “reconstrução nacional¹³”, onde, no item três, era abordada a educação.

Difusão intensiva do **ensino público**, principalmente **técnico-profissional**, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados; para ambas as finalidades justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (GHIRALDELLI JR, 2006, p.40; **grifo meu**).

O Brasil em 1930 passava por um processo de industrialização avançado. A reconstrução nacional, voltada para o âmbito educacional, procurou expandir o ensino público, em especial na classe técnico-profissional (GHIRALDELLI JR, 2006).

Durante a Segunda República a Reforma de Francisco Campos trouxe avanços para a educação brasileira, pois foi nela que se organizou e regulamentou o ensino secundário e superior, através do Decreto nº 19.890, de

¹³ Apresento à sociedade brasileira o documento Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. O projeto é um desdobramento necessário dos ideais defendidos durante a campanha eleitoral e que foram consagrados nas eleições democráticas de 1989. Minha proposta de Governo incorporava como ponto fundamental, o anseio do povo brasileiro por mudanças profundas. Mais do que isto: incorporava uma concepção do que seria o Brasil moderno e das condições de realizar o salto qualitativo na vida nacional (COLLOR, 2008, p.20).

18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário e o Decreto de nº19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior. Nesse decreto o ensino secundário visava à preparação para o curso superior (PINHO, 2010).

Segundo Aranha (2006, p.306), após a Reforma de Campos o ensino superior passou a ter mais “autonomia didática e administrativa, ênfase na pesquisa, difusão da cultura”. Nesse sentido, aconteceram alguns avanços na educação brasileira, embora, em sua grande maioria, eles beneficiassem a elite burguesa.

Também, em 1932, entre as conferências que se faziam para discutir a educação nasceu o que conhecemos como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” tendo como seguidores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço filho dentre outros grandes nomes da educação (GHIRALDELLI JR, 2006).

Em concordância com as palavras de Menezes (2001), O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um marco para a educação brasileira. Esse Manifesto vinha em direção ao direito do povo, buscando uma educação “igualitária e pública para toda a sociedade”.

Esse Manifesto resultou, na verdade, em um dos documentos mais importantes para a história da educação brasileira, redigido por alguns intelectuais da época como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecilia Meireles entre outros, que tinham como objetivo descentralizar a educação da elite e direcioná-la a toda a sociedade. Porém, conforme lembra Vieira ([200?], p.2) “embora apresente 26 assinaturas, o Manifesto não foi resultado de uma construção coletiva, Fernando de Azevedo assumiu a autoria do documento que afirma ter feito em cinco dias”.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, também faz parte da grande relevância na luta por uma educação melhor. Observa-se que os intelectuais da época já entendiam e viam a educação como o único fator de crescimento para todos os setores.

Esse Manifesto foi elaborado com o objetivo de levar ensino de qualidade a todas as pessoas, superando o carácter discriminatório imposto até então. Neste viés o ensino será prestado com igualdade, deixando de beneficiar somente a elite com uma educação de qualidade. Segundo Aranha (2006, p. 304), o “Manifesto foi um divisor de águas, reiterando a necessidade do Estado em assumir a responsabilidade da educação, que se achava em defasagem com as exigências do desenvolvimento”. A esse propósito Ghiraldelli Jr. argumenta:

Dentre todos os **problemas nacionais** nem mesmo os problemas econômicos poderiam disputar a primazia com o **problema educacional**. Isso porque, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas seriam, então impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo de forças culturais e o desenvolvimento do acréscimo de riqueza em sociedade (GHIRALDELLI JR, 2006, p.42, **grifo meu**).

Percebe-se que os educadores engajados nesse Manifesto defendiam a educação com um ensino público e de qualidade, com professores formados e escolas laicas. A educação começa a ser analisada como um dos principais meios de mudança, sendo entendida como uma arma de luta limpa para o crescimento do Brasil.

Observa-se que no documento do Manifesto em defesa de uma educação voltada para o povo, o termo educação integral já era discutido, assim como relata Ferreira (2007), sendo, então, idealizado o pensamento de educação integral voltado para a formação do cidadão em termos de função educativa, porém essa educação integral não estava voltada para a ampliação de jornada escolar e sim na formação do cidadão integral.

De 1937 a 1945 nasce o período denominado por Getúlio Vargas como “Estado Novo”, caracterizado pelo golpe militar, quando foi elaborada uma nova Constituição. Porém, desta vez, os interesses não mais privilegiavam a educação popular, como se observa na Carta de 1937, em seu artigo 125:

A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. **O Estado** não será estranho a esse dever, **colaborando**, de

maneira principal ou **subsidiária**, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular (GHIRALDELLI JR. 2006, p.78, **grifo meu**).

A partir deste momento, o Estado se esquivava da responsabilidade de educação populista, passando, assim, segundo as palavras do autor, a “subsidiar o ensino”, ou seja, o Estado apenas irá auxiliar, deixando, portanto, de expandir o ensino público. Nesse sentido, a educação era vista como um “dualismo educacional”¹⁴, onde apenas parte da população tinha direito à educação, sendo essa classe a economicamente mais forte, a outra parcela da população tinha apenas o ensino profissionalizante, pois, nesse momento já se necessitava de uma maior qualificação para o trabalho devido a industrialização que se expandia (GHIRALDELLI JR, 2006).

Nascimento *et al* (2012, p.9) menciona que muitos fatos que ocorreram durante o governo de Vargas são relevantes para a educação: “Instituto Nacional de Pedagogia, mais tarde, renomeado como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); também permitiu, no mesmo ano, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)”.

Outro fato marcante nesse governo foi à criação das Leis Orgânicas (1942) pelo Ministro Gustavo Capanema. Dentre essas Leis, destacavam-se as leis que visavam regulamentar o ensino secundário, além de regularizar a formação dos professores, que segundo Aranha (2006), eram “leigos, não formados”. As leis de Capanema traziam benefícios, entretanto, para sua efetivação ou aplicação encontravam-se obstáculos.

O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), na verdade, pouco se conseguiram das modificações propostas, sendo esse ensino, na prática voltado ainda para a preparação do ensino superior. Sua proposta original vinha ao encontro de uma educação voltada para a preparação de um cidadão crítico, assim como Pinho (2010, p.96), retoma as ideias de Nunes (1999);

¹⁴ Tratava-se de organizar um sistema de ensino bifurcado, com o ensino secundário público destinado, nas palavras do texto da lei, as “elites condutoras”, e um ensino profissionalizante para outros setores da população (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 82).

[...] em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem o ameacem, um **ensino capaz**, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a **consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino** (PINHO, 2010, p.96; **grifo meu**).

Embora a Lei argumentasse para uma educação de qualidade, voltada para o senso crítico, isso na prática não acontecia, sendo desenvolvida uma educação de preparação ao ensino superior.

A conjunção de tais fatores carrega à análise de que Getúlio Vargas embora conhecido como “pai dos pobres”, mantinha a população sobre seu idealismo. De acordo com Aranha (2006), ele manipulava a opinião pública, usando da censura e promessas de “prisões, tortura e exílio” para aqueles que não seguissem suas ordens.

Entre 1946 a 1963, a história da educação brasileira conta com o período conhecido também como República Populista, caracterizado pela voz do povo, ou seja, os governantes passam a ser eleitos pelo voto do povo, onde, notoriamente, como menciona Aranha (2006), passam a ter esperança de um Brasil melhor. Com o fim do Estado Novo e a queda de Getúlio Vargas do poder, adota-se, nas palavras de Nascimento *et al* (2012), uma Constituição de cunho “liberal e democrático” (1946).

É de grande relevância mencionar que durante este período foi “criada uma comissão por Clemente Mariano com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral na Educação Nacional – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”. Esse projeto visava o ideal de uma educação para todos, no entanto, esse projeto não foi executado, sendo engavetado por motivos de discordância, sendo aprovado somente em 1961, data que marca a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (NASCIMENTO *et al*, 2012):

Depois de 15 anos de promulgação da Constituição de 1946, a mais democrática de quantas tivemos, nasceu a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, que ganhou o número 4.024/61. Dez anos depois, o Congresso Nacional sentiu necessidade de propor alterações no ensino de 1º e 2º graus, vindo a Lei nº 5.692/71, que

ganhou o nome de Reforma Passarinho, por ter sido o então ministro da Educação autor da mensagem governamental que deu origem à Lei (NISKIER, 1996, p.21; **grifo meu**).

Nesse propósito, com as Reformas de 1968 e 1971 (Reforma Universitária, que buscava uma melhor qualificação, pois o Brasil se encontrava em um crescimento industrial avançado mão de obra, vagas nas universidades e instituição de ensino que não atendiam a demanda), houve modificações no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde estas Reformas tendiam “atrelar a educação brasileira ao modelo de educação norte-americano e foram precedidas por um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for international Development (USAID”¹⁵) (NASCIMENTO *et al*, 2012, p.10).

Esse Acordo entre o Brasil- Ministério da Educação e a United States Agency for international Development (USAID) foi assinado ainda no ano de 1964 na data de 26 de junho. Dentre os acordos firmados, “Alguns voltavam-se para o aperfeiçoamento primário; outros, para o ensino médio e outros, ainda, para o ensino superior” (PINA, 2011, p.81). A este propósito, continua Pina:

Entre os objetivos a serem alcançados por meio das medidas acima citadas estava o **aumento da taxa de escolarização, a eliminação do analfabetismo e a distribuição de bolsas de estudo a alunos pobres**. Dentro deste contexto, a educação passou a ter um papel decisivo na **formação da mão de obra profissional e técnica** (PINA, 2011, p. 78, **grifo meu**).

Nesse sentido, ainda de acordo com as palavras de Pina (2011), o acordo listado como Acordo MEC-USAID, tinha como escopo modernizar a administração universitária.

Seguindo esse viés, é notoriamente sabido que, até este momento, o Brasil contou com duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo elas a primeira em 1961 com a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a segunda com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e, conseqüentemente a

¹⁵ Entende-se, que o objetivo maior desta cooperação/acordo, entre a USAID e o MEC era internalizar no indivíduo a esperança maior de ele se escudar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira, ou seja, estes acordos políticos eram na prática resultados da política da Aliança para o Progresso (ARAUJO, [199?], p.2).

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, atual Lei vigente. Essa última Lei foi aprovada após a Constituição de 1988, sendo elaborada pelo Senador Darcy Ribeiro no governo de Fernando Henrique Cardoso, Lei essa que busca o pleno desenvolvimento da pessoa humana (NISKIER, 1996, p.22).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece as linhas mestras da educação brasileira, isto é, ela projeta uma educação a ser implantada de qualidade e equidade para todos, por meio de uma escola democrática e participativa. Neste propósito, a presente lei, define educação em seu artigo Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade **o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da **cidadania e sua qualificação para o trabalho** (SABATOVISK, 2012, p.21, **grifo meu**).

Sendo direito de todos uma educação que contemple aos cidadãos o pleno desenvolvimento nos aspectos cognitivos e sociais, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 estabelece os padrões mínimos de qualidade, para esta educação de qualidade se efetive em todo território nacional brasileiro. Assim, ela estabelece, em seu artigo Art. 3º, inciso IX – “garantia de padrão de qualidade” sendo esta reforçada no Art. 4º inciso IX - “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Esses padrões de qualidade, seguindo a lei são obrigatoriedade e responsabilidade do Estado oferecer e garantir esta efetivação (SABATOVISK, 2012).

A LDB nº 9.394/96, buscando ainda contemplar o artigo 5¹⁶ da Constituição Federal de 1988, estabelece a carga horária mínima do trabalho escolar e a evolução das escolas para a condução a educação integral.

¹⁶ **Art. 5º** O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo (SABATOVISK, 2012, p.22).

Art.34. A jornada de trabalho escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em **tempo integral**, a critério dos sistemas de ensino.

Art.87. § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral. § 6º A assistência financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a dos estados aos seus municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados. (SABATOVISK, 2012, p.41 e 57; **grifo meu**).

Essa proposta de matriz curricular diferenciada deve oferecer atividades que possibilitem o crescimento intelectual e social dos alunos.

Parar cumprir o determinado nos artigos 37 e 87 da Lei nº 9.394/96, o Governo Federal cria, em 2007, o Programa Mais Educação, com o intuito de levar as escolas com baixo IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mais cultura, lazer e possibilidades de conhecimentos com a ampliação de novos tempos e espaços. O Programa Mais Educação é uma tática para as escolas em um segundo momento implantar a Escola Tempo de Tempo Integral.

CONCLUSÃO

A educação no Brasil passou e ainda passa por momentos difíceis e que contribuem para uma educação desigual para a sociedade. Muitas são as leis que afirmam que a educação é um direito e direito igualitário a todos os cidadãos. No entanto, a realidade em que a educação se encontra é o reflexo de todo seu processo histórico.

Observa-se que muitos foram os avanços e também retrocessos em que a educação por muitas vezes se manteve. Esse trabalho trouxe um breve histórico da história da educação.

A problemática apresentada nesse trabalho foi respondida, pois com o problema: Como se estabeleceu o processo histórico da educação brasileira? Identificou-se que a educação brasileira passou por muitos momentos, sendo cada um deles imprescindível para a educação que se apresenta no contexto educacional, sendo, portanto, estabelecido através de cada fase em que a

história apresenta um novo viés, onde buscou-se com essas mudanças estabelecer uma educação de qualidade e equidade a todos os cidadãos .

Essa pesquisa é relevante, porque trouxe a luz sobre a importância em se estudar e discutir a história da educação no Brasil, apontando como principal objetivo levar o leitor a entender o contexto educacional atual através dos vários acontecimentos em que a educação passou até se chegar a uma educação leiga e oferecida a todos os cidadãos de forma gratuita. Assim, como identificar os principais autores para essa faceta, podendo destacar entre os grandes nomes dos idealizadores Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço filho dentre outros grandes nomes da educação.

Espera-se que esse trabalho venha a contribuir para outros profissionais na área da educação e a todos os estudantes e amantes da educação que queiram saber um pouco mais sobre a história da educação e todos seus processos de implantação até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá: história**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e Pedagogia**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

COLLOR, Fernando. **Brasil: Um projeto de reconstrução nacional**. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243024/01928.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

FERRARO, Alceu Ravello. **Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881**. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a12.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

FERREIRA, Cassia Marilda Pereira dos Santos. **Escola em tempo integral: possível solução ou mito na busca de qualidade?** 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2007/2007%20->

%20FERREIRA,%20Cassia%20Marilda%20Pereira%20dos%20Santos.pdf>
Acesso em: 28 maio 2016.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GHRALDELLI JR, Paulo. **Educadores**. 2011. Disponível em:
<<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>> Acesso em: 22 abr. 2016.

NASCIMENTO, Paulo Ernesto Arrais do; RODRIGUES, Daniela Fernandes; DOMICIANO, Rosani de Lima; OLIVEIRA, Patricia Freitas de. **História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias**. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

NISKIER, Arnaldo (org.). **A nova lei da educação**: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro: s.n. 1996.

PILEETI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. Disponível em:
<http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93369/pina_f_me_assis.pdf?sequence=1> Acesso em : 30 abr. 2016.

PINHO, Sheila Zambello. **Caderno de formação**: formação de professores educação cultura e desenvolvimento.v.1. São Paulo, 2010. Disponível em:
<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/96/1/Caderno_De_Formacao_v1.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fatima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá. 2. Ed. 2009. Disponível em:

<<http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1053.pdf>>
Acesso em: 20 fev. 2016.

SILVA, Fábio Regateiro da; Castro, Michel da Silva; SANTANA, Rodrigo Rafael; PERREIRA, Toniel Santiago; LIMA, Valdinei Damasceno. **Iluminismo A Revolução Intelectual.** Disponível em:
<http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Temas_educacionais/Iluminismo.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

QUEIROZ, Arnaldo Gomes de. **O voto no Brasil: um direito ou uma obrigação?** Disponível em:
<<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/206/1/Monografia%20Arnaldo%20Gomes%20de%20Queiroz.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.

TRINDADE, Diamantino Fernandes Trindade. **Os Caminhos Da Educação Brasileira.** Disponível em:
<http://www.planetaeducacao.com.br/porta/gepi/os_caminhos_da_educacao.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2016.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **Uma reflexão acerca do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf> Acesso em: 22 abr. 2016.